

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A TRÍADE INDISSOCIÁVEL QUE SUSTENTA A CIÊNCIA E A TRANSFORMAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO

Por Aínor Francisco Lotério

Palestrante Profissional, Agrônomo, Filósofo, Teólogo, Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Instituições, Psicopedagogo, Diácono Permanente desde 2003

QUARENTA ANOS ENTRE A SALA DE AULA, O LABORATÓRIO DE IDEIAS E A PORTEIRA DA PROPRIEDADE

Há mais de quarenta anos transito, sem jamais separá-los de fato, pelos três mesmos territórios. Ensinei em salas de aula e em auditórios de palestra. Pesquisei história do cooperativismo, doutrina associativista e trajetórias de comunidades rurais. Estendi conhecimento até a porteira da propriedade como extensionista de campo na Epagri, na Acaresc e na Emater-RS/Ascar. Essa vivência ensinou algo que a Constituição Federal de 1988 depois confirmou como princípio, o de que ensinar, pesquisar e estender não são três tarefas distintas realizadas por profissionais diferentes, mas três dimensões da mesma ação de gerar e compartilhar conhecimento.

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDISSOCIABILIDADE

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que as universidades brasileiras obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa determinação nasceu do processo de redemocratização do país e da pressão de movimentos acadêmicos organizados, entre eles o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, fundado em 1987, que definiu a extensão universitária como o processo educativo, cultural e científico capaz de articular ensino e pesquisa de forma indissociável e de viabilizar uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A palavra-chave desse princípio é indissociabilidade, não coexistência. Pesquisas recentes sobre o tema mostram que muitas instituições conseguiram instalar as três funções lado a lado sem jamais fazê-las dialogar de verdade entre si, o que caracteriza a extensão como uma das três pernas do tripé institucional sem que a indissociabilidade prevista pelo legislador constituinte se realize na prática cotidiana da formação e da pesquisa.

O RISCO DA DISSOCIAÇÃO EM PARES

Um estudo de referência sobre indissociabilidade na pós-graduação brasileira demonstra que, quando ensino e extensão se articulam sem a pesquisa, obtém-se uma formação sensível aos problemas sociais mas carente de rigor científico. Quando ensino e pesquisa avançam sem a extensão, ganha-se terreno técnico e tecnológico mas perde-se a compreensão ético-política sobre o destinatário final desse conhecimento. E quando pesquisa e extensão se unem sem o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido a todo o processo.

Essa análise, originalmente pensada para o ambiente acadêmico, descreve com exatidão o que também observei ao longo da carreira no meio rural. Um pacote tecnológico sem extensão

organizada nunca sai do papel. Uma extensão sem base de pesquisa distribui boas intenções sem lastro técnico. E qualquer um dos dois sem formação continuada de lideranças rurais se esgota na primeira geração, sem deixar herança.

A EXTENSÃO COMO COMUNICAÇÃO, NÃO COMO DOAÇÃO

Paulo Freire, em obra dedicada exatamente a esse tema, alertou que a própria palavra extensão carrega um risco semântico. Ela pode sugerir a entrega de um conteúdo pronto a alguém que o recebe de forma passiva, uma espécie de invasão cultural do saber técnico sobre o saber popular. Freire propôs, no lugar dessa lógica de doação, uma relação dialógica comunicativa, na qual o especialista reconhece que seu saber é sempre incompleto e precisa se encontrar com o saber acumulado por quem vive e trabalha a terra.

Foi exatamente essa lição que a prática de campo me ensinou antes mesmo de encontrá-la formalizada na obra de Freire. O extensionista que chega à propriedade apenas para transmitir um protocolo técnico, sem ouvir a experiência de quem já convive com aquele solo, aquele clima e aquela cultura há gerações, faz doação e não comunicação. E doação, por mais bem intencionada que seja, raramente transforma alguma coisa de forma duradoura.

A PRECEDÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL SOBRE A INOVAÇÃO TÉCNICA

Antes de qualquer rede oficial de laboratórios e estações experimentais, a dinâmica agrícola brasileira já funcionava por meio da transferência horizontal de conhecimento. Nas primeiras colônias e comunidades rurais do sul do país, a seleção de sementes, a validação de práticas de manejo e a adaptação de ferramentas ocorriam através do associativismo de base e do cooperativismo comunitário, como se viu na articulação em torno da Volksverein de 1912 e da Caixa Rural União Popular de Porto Novo, fundada em 1932. Essa articulação espontânea já cumpria as funções primárias da extensão, identificar demandas locais, testar soluções na prática e difundir os resultados entre vizinhos e parceiros de lida, décadas antes de qualquer estrutura estatal de pesquisa agropecuária.

O SOLO FUNCIONAL PARA A ABSORÇÃO DA CIÊNCIA

A pesquisa agropecuária gera ativos tecnológicos de imenso valor, mas não possui, por si só, os mecanismos de capilarização social. Sem uma estrutura prévia de organização comunitária, os coeficientes técnicos produzidos pela ciência permaneceriam confinados aos centros de pesquisa. O associativismo e a assistência técnica de campo funcionam como a infraestrutura de recepção desse conhecimento, convertendo a descoberta científica em inovação aplicada e encurtando a distância entre o laboratório e o loteamento rural. Foi exatamente isso que testemunhei ao longo da trajetória em Epagri, Acaresc e Emater, e depois na consultoria ao cooperativismo agropecuário em diferentes estados brasileiros. A tecnologia sempre chegou. O que fazia a diferença era a capacidade da organização social de recebê-la, traduzi-la e multiplicá-la.

A AUTONOMIA METODOLÓGICA DIANTE DE LACUNAS INSTITUCIONAIS

A regularização fundiária assegura o direito de propriedade e o acesso ao crédito formal. A pesquisa oficial subsidia o ganho de escala. Contudo, a extensão rural possui uma característica de resiliência metodológica pouco reconhecida, ela opera mesmo na ausência ou na precariedade dessas outras estruturas. Na escassez de títulos formais ou de pacotes tecnológicos governamentais, o processo de extensão permanece ativo através da capacitação local, do mapeamento de mercados alternativos e da multiplicação interna do conhecimento acumulado pela própria categoria de produtores. Antonio Joaquim Severino sintetizou esse encadeamento de forma

precisa ao afirmar que só se aprende e só se ensina pesquisando, e que a prestação de serviço à comunidade só se legitima quando nasce e se alimenta da pesquisa.

POR QUE A INDISSOCIABILIDADE FALHA NA PRÁTICA

A pesquisadora Nadia Gaiofatto Gonçalves, recorrendo aos conceitos de campo e de habitus formulados por Pierre Bourdieu, explica por que a indissociabilidade permanece um desafio mesmo décadas depois de virar exigência constitucional. Cada instituição, cada profissional e cada extensionista carrega disposições adquiridas ao longo de sua própria trajetória de formação, e essas disposições tendem a reproduzir divisões antigas mesmo quando a norma exige integração. Ensino, pesquisa e extensão acabam coexistindo lado a lado na estrutura organizacional sem que um realmente atravesse e transforme o outro.

Reconheço esse fenômeno tanto na universidade quanto no campo. A resistência não é de má vontade. É hábito profissional consolidado ao longo de uma carreira inteira. Superá-lo exige o que a pesquisa em educação chama de pesquisa-ação crítica, uma metodologia formativa que aproxima quem produz conhecimento de quem vive a realidade a ser transformada, reconhecendo em ambos a capacidade de gerar teoria e não apenas de recebê-la ou de coletá-la.

A EXTENSÃO COMO MATRIZ NORTEADORA DO CAMPO

A regularização fundiária delimita o espaço jurídico. A pesquisa agropecuária qualifica o potencial produtivo. É a extensão rural, contudo, que viabiliza a execução prática de ambas. Como processo contínuo de formação de lideranças, organização de produtores e circulação de metodologias, ela atua como a matriz norteadora do desenvolvimento agropecuário brasileiro. É o mecanismo que transforma fatores isolados de terra, ciência e tecnologia em um sistema produtivo integrado, autônomo e economicamente sustentável.

Ensinar, pesquisar e estender continuam sendo, mais de quatro décadas depois de eu ter começado essa caminhada, e quase quarenta anos depois de o legislador constituinte tê-las reconhecido como indissociáveis, as três pernas do mesmo tripé. Nenhuma sustenta sozinha o desenvolvimento do campo, e nenhuma sustenta sozinha a universidade que se pretende socialmente relevante.

SOBRE O AUTOR

Ainor Francisco Lotério é palestrante profissional, agrônomo, filósofo, teólogo, mestre em Gestão de Políticas Públicas e Instituições, psicopedagogo e diácono permanente desde 2003. Atuou como extensionista rural e diretor estadual na Epagri, foi prefeito de Camboriú-SC, assessor legislativo na Alesc e consultor do setor cooperativista junto à Emater-RS/Ascar. Comunicador há mais de quatro décadas em rádio, televisão, imprensa e redes sociais, apresenta desde 1989 o programa Alegria de Viver e é autor da obra Pais Frouxos, Filhos Sofredores, Pais Firmes, Filhos Felizes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 207. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de.

Ensino-pesquisa-extensão, um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgkz6qr/>. Acesso em: 05 jul. 2026.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, um princípio necessário.

Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/37162/pdfa>. Acesso em: 05 jul. 2026.

CAMPOS, Elisabete Ferreira Esteves. Ensino, pesquisa, extensão, contribuições da pesquisa-ação. Revista Actualidades Investigativas en Educación, San José, v. 20, n. 1, p. 533-551, 2020. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-47032020000100533. Acesso em: 05 jul. 2026.

SILVA, Miriam Ferreira da; MENDOZA, Cynthia Carolina González. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 5, ed. 6, v. 8, p. 119-133, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao>. Acesso em: 05 jul. 2026.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ. Extensão Rural, objetivos. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Extensao-Rural-Objetivos>. Acesso em: 04 jul. 2026.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. Cooperativismo, pesquisa e extensão rural, saberes que transformam o campo e fortalecem a comunidade. Disponível em: <https://loterio.com.br/cooperativismo-pesquisa-e-extensao-rural-saberes-qu-e-transformam-o-campo-e-fortalecem-a-comunidade/>. Acesso em: 04 jul. 2026.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. A essência da extensão rural, comunicação como chave para a inovação no campo. Disponível em: <https://loterio.com.br/a-essencia-da-extensao-rural-comunicacao-como-chave-para-a-inovacao-no-campo/>. Acesso em: 04 jul. 2026.